



PREFEITURA MUNICIPAL  
GABINETE DA PREFEITA

MENSAGEM

112  
Doc Nº: 0056/2018  
Protocolo 6500/2018

9:47  
Data: 29/10/2018



Pelotas, 23 de outubro de 2018.

**MENSAGEM Nº 061/2018.**

Senhor Presidente,

Submetemos à apreciação dessa Casa Legislativa o Projeto de Lei anexo, que autoriza o Poder Executivo a alterar a Lei Municipal nº 6.642, de 18 de outubro de 2018, a qual dispõe sobre o Programa de Regularização Tarifária (RETAR), no âmbito do Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas.

Dessa forma, contamos com o acolhimento e aprovação do mesmo, nos termos em que se apresenta.

Atenciosamente,

  
**Paula Schild Mascarenhas**  
Prefeita

Exmo. Sr.  
**Anderson de Freitas Garcia**  
Presidente da Câmara Municipal  
Pelotas- RS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS**  
**GABINETE DA PREFEITA**

**PROJETO DE LEI**

*Altera a redação do §4º, do art. 3º da Lei nº 6.642 de 18 de outubro de 2018, e dá outras providências.*

A PREFEITA MUNICIPAL DE PELOTAS, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A PRESENTE LEI.

**Art. 1º** O §4º, do art. 3º da Lei Municipal nº 6.642, de 18 de outubro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§4º Para os não beneficiários de gratuidade judicial, os honorários de sucumbência serão pagos à vista ou parcelados nas mesmas condições estabelecidas para o pagamento dos débitos tributários ou fiscais.”

**Art. 2º** As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**Art. 3º** Revogadas as disposições em contrário esta Lei retroagirá os efeitos a contar de 22 de outubro de 2018.

Gabinete da Prefeita de Pelotas, em 23 de outubro de 2018.

**Paula Schild Mascarenhas**  
Prefeita

Registre-se. Publique-se.

**Clotilde Victória**  
Secretária de Governo

## **J U S T I F I C A T I V A**

Ao receber para sancionamento a Lei nº 6.642, de 18 de outubro de 2018, a assessoria técnica do Executivo observou que a oposição de emenda no art. 3º, §4º do texto legislativo provocou o cometimento de ilegalidade por afronta à legislação federal expressa no §19, art. 85 do Código de Processo Civil e arts. 21 a 23 da Lei Federal nº 8.906/94.

Por se tratarem os honorários de verba privada, oriunda da sucumbência decorrente de processo judicial, a Administração Pública não é dado dispor de seus valores, pena de desobediência à Lei Federal.

Nesse sentido, e visando evitar prejuízo à instauração do programa de regularização tarifária no âmbito do SANEP, opta-se por fazer a remessa do presente projeto de lei capaz de retificar a imprecisão técnica e reestabelecer a legalidade, sem efeitos para os particulares que aguardam a inauguração do RETAR para regularizar suas pendências perante a autarquia.

